

# Descrição tipológico-funcional da oração relativa nas línguas nativas da Amazônia

(Typologically-functional description of the relative clause in the Amazonian native languages)

Amanda D'Alarme Gimenez<sup>1</sup>, Gabriela Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

amandagimenez.unesp@gmail.com, gabrielaolvr@gmail.com

**Abstract:** This paper aims at describing the relativization strategies in Amazonian native languages, more specifically those devices which are subjacent to the relationship between morphosyntactic structures used to codify the relative construction and the conceptual situations they express. The analysis proposed here is aligned to such typological studies on particular aspects of subordination as those proposed by Keenan and Comrie (1977), Givón (1979, 1990) and Hengeveld (2004).

**Keywords:** typology; subordination; relative clause; Amazonian native languages.

**Resumo:** Este trabalho trata das estratégias de relativização nas línguas nativas da Amazônia, mais especificamente dos mecanismos subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar a estrutura relativa e as situações conceituais que elas expressam. A análise proposta segue a linha dos estudos tipológicos sobre aspectos particulares da subordinação, como o de Keenan e Comrie (1977), Givón (1979, 1990) e Hengeveld (2004).

**Palavras-chave:** tipologia; subordinação; oração relativa; línguas indígenas.

## 0. Palavras iniciais

O objetivo deste artigo é dar um panorama descritivo geral das estratégias de relativização usadas para codificar a situação conceitual típica de um modificador numa amostra significativa de línguas nativas da Amazônia brasileira. Como se trata de um trabalho de orientação tipológica, o resultado final a que pretendemos chegar é fornecer um quadro geral das línguas estudadas mediante aplicação da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), assim como mostrar que predominam nas línguas da amostra estratégias alternativas de relativização como a nominalização.

Este artigo trata, inicialmente, na seção 1, do suporte teórico mediante o qual os dados foram investigados, ou seja, o que se entende por tipologia, subordinação e construção relativa a partir de uma perspectiva funcionalista. Na sequência, analisam-se, na seção 2, os resultados obtidos, buscando generalizações explanatórias de ordem tipológica no tocante aos aspectos da construção relativa nas línguas que compõem a amostra. Com base numa classificação etnológica, o número de línguas nativas da Amazônia é de 234. Desse número, 192 são de fato existentes e 42, extintas. Das línguas existentes, há gramáticas disponíveis para as línguas paumarí, warekéna, apalaí, hixkaryána, makuxí, waiwái, warí, karipúna-creole, boróro, canela-krahô, pirahã, nambikwára, mayorúna, tukáno, kanoê, kamayurá, urubú-kaapór e sanumá, que, portanto, constituem o *corpus* deste trabalho.

## 1. A linguística tipológica e o conceito funcional de subordinação

O estudo tipológico é um ramo da Linguística que se volta para a pesquisa da variação translinguística. Nesse estudo, o conceito de universal linguístico é essencial. Os universais linguísticos são definidos a partir das restrições que as línguas impõem ao formar certo tipo de estrutura e são percebidos a partir da comparação entre as diversas línguas do mundo. O principal instrumento do estudo tipológico são as hierarquias implicacionais,<sup>1</sup> que são responsáveis pela representação das restrições, revelando a aplicabilidade dos universais e, ao mesmo tempo, apontando os aspectos pelos quais uma dada língua se aproxima de outras e se afasta das demais. Além de impor restrições universais sobre a variabilidade potencial das línguas num determinado domínio, as hierarquias implicacionais permitem situá-las em grupos específicos, por meio do reconhecimento dessas restrições. É possível, então, atrelar o conceito de hierarquia implicacional aos de universais linguísticos, tipologia e comparação translinguística.

As implicações obtidas por meio da hierarquia são sempre unilaterais. Hengeveld (2004) exemplifica essa propriedade das hierarquias a partir de um modelo abstrato:

(01)     A     >     B

Esse modelo hierárquico permite concluir que a presença de uma propriedade B implica a presença da propriedade A; todavia, a presença de A não implica a de B e a ausência de B não implica a ausência de A. Para obter um quadro mais explícito dessa relação, observe em (02) que a última combinação entre as propriedades de A e de B não é possível, devido à unilateralidade da hierarquia.

(02)	A		B
	+		+
	+		-
	-		-
	* -		+

No âmbito deste trabalho, o estudo tipológico está voltado para o campo da morfossintaxe, mais especificamente para as Orações Relativas (doravante OR), domínio em que desponta o trabalho pioneiro de Keenan e Comrie (1977). Esse estudo revela que o papel sintático do participante compartilhado pela oração principal e a OR permite diferenciar tipos de relações relativas. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, os autores descobrem que a variação obedece a padrões regulares de distribuição tipológica, o que os leva a propor a Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA), que está contida em (03).

(03)     Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação

A leitura da hierarquia permite afirmar que a posição de Sujeito, que é a mais alta, é, por isso mesmo, a mais suscetível à relativização, enquanto a posição de Objeto de Comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível. A relativização da

---

<sup>1</sup> Normalmente são distinguidos dois tipos de hierarquias implicacionais: as absolutas e as estatísticas. As hierarquias absolutas são válidas para todas as línguas de que se tem conhecimento, enquanto as estatísticas são válidas para uma alta porcentagem dessas línguas.

função de Sujeito é considerada, portanto, a posição primária, pois todas as línguas que dispõem de uma construção relativa necessariamente relativizam o Sintagma Nominal (doravante SN) que exerce essa função. Se uma língua é capaz de relativizar o último grau da HA – Objeto de Comparação – ela é capaz de relativizar, também, todos os anteriores, uma vez que, sob condições normais, não é possível transpor nenhum grau da HA.

Numa pesquisa tipologicamente orientada como esta, deve-se buscar um conceito de subordinação que seja metodologicamente consistente com a natureza do objeto de estudo, que é a distribuição das estratégias de relativização nas línguas nativas da Amazônia. O enfoque que se assume aqui requer que a noção de subordinação deva ser definida com base em sua aplicabilidade universal. O principal postulado subjacente a essa abordagem é o de que a variação estrutural apresentada pelas línguas do mundo é sistematicamente ordenada e pode ser descrita em termos de um conjunto de condições ou princípios restritivos com validade universal. Essa possibilidade de pronto repele a imposição de algum critério puramente formal de subordinação, como defende Cristofaro (2003). Para essa autora, o conceito de subordinação difere do tratamento morfossintático tradicional, que pode ser descrito em termos de encaixamento de orações ou o uso de formas verbais não-finitas ou finitas. Em trabalhos de cunho tipológico como o presente, a subordinação está relacionada ao modo como os estados de coisas expressos por orações conectadas são percebidos e conceitualizados e ao estatuto que têm no contexto discursivo.

Cristofaro (2003), baseando-se em Langaker (1991), parte do pressuposto de assimetria para definir subordinação. Para construir um enunciado que contenha dois estados de coisas relacionados, o falante tem duas escolhas: ou os dois estados de coisas estarão construídos simetricamente a partir de um ponto de vista cognitivo, ou seja, ambos estados de coisas terão um perfil autônomo (no caso de uma coordenação), ou os dois estados de coisas são construídos assimetricamente, ou seja, um prescinde de um perfil autônomo e é construído com base no outro (no caso da subordinação).

A distinção pragmática entre asserção e não-asserção é paralela à de subordinação e não-subordinação. A pragmática reconhece essa distinção sob o ponto de vista do falante, ou seja, sob o ponto de vista que ele assume em relação ao que está sendo dito. Entende-se por subordinação, então, a definição funcional de uma situação a partir da qual se estabelece uma assimetria cognitiva entre dois estados de coisas interligados, em que o estado de coisas principal sobrepuja o estado de coisas dependente. Pode-se dizer, portanto, que o estado de coisas principal é pragmaticamente afirmado, enquanto o estado de coisas dependente é pragmaticamente não-afirmado. Esse fato existe em todas as línguas do mundo.

A definição de OR está baseada na relação de subordinação. Para Cristofaro (2003), as ORs são aquelas que envolvem dois sintagmas, um dos quais (o dependente) fornece especificações para o outro (o principal). Há, para a autora, dois tipos de orações relativas: as restritivas e as não-restritivas. Mantendo o foco na noção de assimetria, alega a autora que as orações relativas restritivas identificam o sintagma nuclear a que se ligam dentro de uma gama de possibilidades, ou seja, restringe sua referência. As orações relativas não-restritivas, por outro lado, não especificam o SN nuclear, apenas fornecem informações adicionais sobre ele. Cristofaro (2003), portanto, não considera as ORs não-restritivas como um caso de subordinação, já que, levando em conta o critério de assertividade, ambos os estados de coisas envolvidos – o principal e o subordinado – são afirmados e podem conter, assim, sua própria ilocução,

constituindo, portanto, o que na Gramática Discursivo Funcional é identificado como Ato Discursivo (HENGEVELD, 2004).

Outra questão relevante neste trabalho são as estratégias que cada língua utiliza para promover a relativização. Keenan e Comrie (1977) afirmam que as estratégias de formação de relativas são diferenciadas com base na posição do SN em relação à oração relativa e com base na presença ou ausência de um morfema que expresse a posição relativizada. De acordo com o primeiro parâmetro, as ORs se subdividem em pré-nominal, pós-nominal e relativa interna. A presença ou a ausência de morfema, no segundo parâmetro, permite a recuperação de caso. Os autores consideram, ainda, que as línguas apresentam quatro tipos de estratégias de relativização: lacuna, retenção de pronome, pronome relativo e não-redução (KEENAN, 1985; COMRIE, 1989).

Já Givón (1990), que se concentra na recuperabilidade de caso para definir as estratégias de relativização, alega que a maioria das línguas faz uso de uma mistura de estratégias, ao invés de uma única. Além disso, como uma língua pode empregar uma estratégia ambígua para a recuperação do caso, uma codificação morfossintática pode conter mais de um caso ao mesmo tempo. O autor também afirma que uma língua pode dispor de uma estratégia para recuperar um dado caso e de nenhuma para recuperar outros casos, cuja identificação necessita apoiar-se em redundâncias disponíveis em outros setores da gramática. Como estratégias, Givón (1990) propõe a não-redundância, lacuna, ordem de palavras, nominalização, pronome anafórico, pronome relativo, caso idêntico e codificação do verbo.

## 2. Descrição tipológica das línguas

O estudo descritivo realizado nas dezoito línguas do *corpus* aponta especialmente para dois resultados, um referente às estratégias de relativização e o outro, ao ponto de corte na hierarquia proposta por Keenan e Comrie (1977). O quadro 1, na página seguinte, mostra esquematicamente as estratégias encontradas em cada língua.

A análise desse quadro permite afirmar que mais da metade das línguas analisadas tem a nominalização como estratégia de relativização. Esse quadro quantitativo mostra que muitas línguas não dispõem de uma forma específica para codificar as ORs, mas de construções alternativas, como a nominalização, que cobre semanticamente esse domínio funcional, como em (04). Muitos linguistas nem mesmo consideram a nominalização uma estratégia relativa propriamente dita. Neste trabalho, porém, esse tipo de construção será considerado uma alternativa possível para a codificação do domínio funcional da modificação.

- (04) Urubú-kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)
- |       |         |     |       |        |     |      |         |
|-------|---------|-----|-------|--------|-----|------|---------|
| wasai | kaitã   | we- | rur   | me'ẽ   | ihẽ | a-   | kamyryk |
| açai  | Caetano | 3-  | bring | NomlZR | I   | 1sg- | knead   |
- I kneaded the açai fruit that Caetano brought.  
*Eu amassei o açai que Caetano trouxe.*

Vale destacar que a estratégia da nominalização está presente em línguas da mesma família, generalização que só é válida, entretanto, para as famílias karíb e tupi-guarani, as únicas representadas nesse *corpus* por mais de uma língua.

Com efeito, as línguas apalaí, hixkaryána, makuxí e waiwái, que pertencem à família karíb, dispõem de nominalização como estratégia principal. As duas primeiras têm a parataxe como estratégia secundária, já que, em decorrência da ausência de um tipo específico para as ORs, essas línguas recorrem a outras formas de expressão para cobrir esse domínio funcional codificado por elas.

**Quadro 1. Estratégias de relativização**

Línguas	Estratégias de relativização				
	Nominalização	Lacuna	Pronome relativo	Parataxe	Não-redução
Paumari		X			
Warekéna		X			
Apalaí	X			X	
Hixkaryána	X			X	
Makuxí	X				
Waiwái	X				
Warí			X		
Karipúna-Creole			X		
Boróro		X			
Canela-Krahô			X		
Pirahã		X			X
Nambikwára	X				
Mayorúna	X				
Tukáno	X				
Kanoê	X			X	
Kamayurá	X				
Urubú-Kaapór	X			X	
Sanumá					X

A outra família com mais de uma língua representada no *corpus* é a tupi-guarani, formada pelas línguas kamayurá e urubú-kaapór. Assim como na karíb, a estratégia empregada pelas duas línguas é a nominalização, e o urubú-kaapór dispõe também da estratégia paratática. Percebe-se, portanto, que essas línguas se comportam de maneira semelhante, o que confirma o pressuposto tipológico de que línguas com proximidade genética têm funcionamento similar.

A estratégia de lacuna foi a segunda mais recorrente no *corpus* analisado, tendo ocorrido em quatro línguas da amostra. Essas línguas, no entanto, não apresentam nenhum parentesco entre si. É interessante observar que três das quatro línguas em que a lacuna aparece como estratégia, quais sejam, paumari, warekéna e boróro, dispõem de um clítico que se liga a um termo da oração principal e, assim, formam a oração relativa. No caso do pirahã, não existe um clítico que marque a OR, mas um tipo de morfema complementizador que identifica a relação entre a oração matriz e a subordinada. Como exemplo, considere-se a língua boróro, em (05):

(05) Boróro (CROWELL, 1979, p. 109)

U- tu- re            a- wai            kae jawiji- wi            aredi            motu- re  
3sg-go- neutral 2sg- house to yesterday- Rel woman pretty- neutral  
The woman who went to your house yesterday is pretty.  
*A mulher que foi a tua casa ontem é bonita.*

O terceiro maior número de ocorrência nas línguas nativas foi o uso da estratégia de pronome relativo. As línguas warí, karipúna-creole e canela-krahô são as que se valem dessa estratégia para construir ORs. Como o nome dessa estratégia indica, empregam-se pronomes “relativos”, que mantêm uma relação correferencial com o sintagma relativizado. Em nenhuma das gramáticas das línguas indígenas que empregam essa estratégia existe, de fato, a denominação *pronome relativo*, tal como se conhece na língua portuguesa: em warí, esses pronomes tomam a forma de morfemas; em karipúna-creole, de relatores; e, em canela-krahô, de pronomes demonstrativos, como se pode ver em (06):

(06) Karipúna-creole (TOBLER, 1983, p. 77)

mo wé / sa    Fam    ki            te    Vini    pase    fét            isi    la  
1sg see        that woman which- Rel Tp    come    pass    holiday    here  
I saw that woman who had come to spend the holiday here.  
*Eu vi a mulher que veio passar o feriado aqui.*

Assim como em português, não existem, nessas línguas nativas, formas especiais para os pronomes relativos (que são formalmente relacionados aos pronomes interrogativos), o que não impede que essas línguas empreguem a estratégia do pronome relativo para formar ORs. No que diz respeito à posição desses pronomes nas línguas indígenas, é possível afirmar que, embora haja uma forte tendência, de acordo com Givón (1990), de esse pronome aparecer mais à esquerda da OR, caso das línguas warí e karipúna-creole, no canela-krahô, excepcionalmente, tais pronomes aparecem sempre na posição final. A exceção a essa generalização pode ser explicada pelo fato de os pronomes relativos em canela-krahô indicarem uma referência prévia no discurso e, também, constituírem formas que podem ser usadas independentemente ou adjetivamente. Em (07), exemplifica-se o fenômeno da língua canela-krahô.

(07) Canela-krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

i-te    hũmre    pê    rop    curan    Ata            pupun  
1-Past    man    Mal    dog    kill    Dem- Rel    See  
I saw the man whose dog I killed.  
*Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.*

Como já observado, a estratégia da parataxe, apesar de ocorrer em quatro línguas do *corpus*, aparece como estratégia secundária. Givón (1990) afirma que essa característica marginal da estratégia de parataxe é comum nas línguas do mundo.

A estratégia da não-redução, que, vale lembrar, é a que expressa completamente o núcleo nominal na oração relativa, por fim, aparece em duas línguas: sanumá e pirahã, esta última contando também com a estratégia da lacuna. A estratégia da não-redução é restrita às orações relativas correlativas e de núcleo interno, o que pode explicar sua baixa ocorrência no *corpus*. Exemplifica-se, em (08), o fenômeno da não-redução na língua sanumá:

- (08) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)  
 ipa ulu kökö lo-le Ĩ kökö hu Mai kite  
 my son 3pl sit-Pres Rel 3pl go Neg Fut  
 My sons who are sitting here will not go.  
*Meus filhos que estão sentados aqui não irão.*

A análise das línguas permite, também, confirmar a validade da Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977). Algumas observações devem ser feitas quanto à aplicação cabal dessa hierarquia, mas, em geral, as línguas se comportaram como previsto pelos autores, conforme mostra o quadro 2.

**Quadro 2. Ponto de corte na HA**

	<i>Sujeito</i>	<i>Obj. Dir.</i>	<i>Obj. Ind.</i>	<i>Oblíquo</i>	<i>Genitivo</i>	<i>O Comp.</i>
Kamayurá	+	+	+	+	+	+
Canela-Krahô	+	+	+	+	+	-
Urubú-Kaapór	+	+	+	+	-	-
Paumari	+	+	+	+	-	-
Karipúna-Creole	+	+	+	+	-	-
Boróro	+	+	+	+	-	-
Sanumá	+	+	+	+	-	-
Warekéna	+	+	-	-	-	-
Warí	+	+	-	-	-	-
Pirahã	+	+	-	-	-	-
Nambikwára	+	+	-	-	-	-
Mayorúna	+	+	-	-	-	-
Tukáno	+	+	-	-	-	-
Apalai	+	+	-	-	-	-
Makuxí	+	+	-	-	-	-
Waiwái	+	+	-	-	-	-
Kanoê	+	+	-	-	-	-
Hixkaryána	+	-	-	-	-	-

Nos extremos opostos da Hierarquia estão as línguas hixkaryána, que é a única que apresenta relativização apenas de Sujeito, e a kamayurá, que é a única que apresenta relativização para todas as funções sintáticas.

A grande maioria das línguas, dez no total, tem no Objeto Direto seu ponto de corte na HA. Segundo Keenan e Comrie (1977), do ponto de vista cognitivo, as posições de Sujeito e de Objeto Direto são mais fáceis de serem recuperadas. Ao tratar da relativização, Givón (1990) afirma que, na maioria das línguas, as posições de Sujeito e de Objeto Direto são as não-marcadas, em termos de caso. É por isso que essas posições são mais facilmente recuperadas pelo usuário de um ponto de vista cognitivo. Isso explica o fato de que o Sujeito e o Objeto Direto são as posições mais acessíveis à relativização e, logo, é explicada a razão pela qual há um grande número de línguas que relativizam apenas essas duas posições.

Algumas línguas apresentam como ponto de corte a posição de Oblíquo. No entanto, a análise específica dessas línguas levantou um problema quanto à posição de Objeto Indireto: em quase todas elas, salvo o boróro, não é possível relativizar o OI. Pode parecer uma falha na composição da HA, já que um dos pressupostos de uma

hierarquia implicacional é o fato de que nenhum dos graus da mesma pode ser omitido. Esse aspecto, que parece comprometer a validade da HA, encontra respaldo no fato de que muitas línguas não dispõem de uma função sintática bem definida de OI. Keenan e Comrie (1977) fazem referência a esse aspecto quando afirmam que, em alguns casos, essa função se confunde com a de Oblíquo e, em outros, Objetos Indiretos não se diferenciam funcionalmente de Objetos Diretos.

A leitura do quadro 2 também permite observar a questão da similaridade de comportamento entre as línguas da mesma família, em se tratando do ponto de corte na hierarquia. Essa similaridade pode ser melhor percebida nas línguas da família karib. Das quatro línguas que compõem o *corpus*, três delas (apalaí, makuxí e waiwái) apresentam como ponto de corte a posição de Objeto Direto. A língua hixkaryána, pertencente à mesma família, relativiza apenas Sujeito. De qualquer modo, o comportamento das línguas é similar, se for levado em conta que essas posições são as mais fáceis de ser relativizadas.

As línguas da família tupi-guarani, representadas na amostra deste trabalho pelas línguas urubú-kaapór e kamayurá, não se aproximam muito no tocante às posições relativizadas. O kamayurá relativiza todos os graus da HA, enquanto o urubú-kaapór começa pelos Oblíquos. No entanto, as duas línguas relativizam graus mais altos da hierarquia e o grau de proximidade tende a se ampliar, se for levado em consideração que a relativização de Objetos de Comparação em kamayurá só é codificada mediante o uso de relativas sem núcleo, uma espécie de estratégia marginal. Uma possível explicação para o fato de as línguas não apresentarem modos similares de comportamento é a distância geográfica entre elas. Enquanto o povo kamayurá habita a região do Estado do Mato Grosso, o povo urubu-kaapór vive no Estado do Maranhão. No entanto, é necessária uma pesquisa mais detalhada para a confirmação dessa relação, que é tratada aqui apenas como uma hipótese.

Outro ponto relevante observado na análise dos dados diz respeito à relação entre a classe dos adjetivos e a estrutura formal para a construção das ORs nas línguas do *corpus*. O quadro 3 mostra a presença ou ausência dessa classe de palavra e também da construção de OR em cada língua indígena.

A leitura do quadro permite afirmar que das dezoito línguas nativas (i) dez apresentam a estratégia da nominalização como estrutura formal de construção de OR; (ii) dessas dez, sete línguas não dispõem da classe *adjetivo*; (iii) três não apresentam a classe adjetivo, mas apresentam uma estrutura para a marcação de OR diferente da nominalização. Considerou-se, em princípio, que quando uma língua contivesse OR, ela também conteria a classe de palavra adjetivo, correspondente a essa construção sintática, e o inverso também seria verdadeiro. Por isso, o último dado da correlação feita, que diz respeito às línguas warí, pirahã e sanumá, foi o mais questionável, já que, no mínimo, é curioso o fato de essas línguas que prescindem de adjetivo como classe morfológica apresentem uma estrutura formal para as ORs que não seja a nominalização.



Quadro 3. Correlação entre OR e a classe de palavra adjetivo

Línguas	Classe de palavra <i>adjetivo</i>		Estratégia de relativização	
	Sim	Não	Outras estratégias	Nominalização
<b>Paumarí</b>	X		X	
Warekéna	X		X	
Apalaí		X		X
Hixkaryána		X		X
Makuxí		X		X
Waiwái		X		X
Warí		X	X	
Karipúna-Creole	X		X	
Boróro	X		X	
Canela-Krahô	X		X	
Pirahã		X	X	
Nambikwára	X			X
Mayorúna	X			X
Tukáno		X		X
Kanoê		X		X
Kamayurá		X		X
Urubú-Kaapór	X			X
Sanumá	X		X	

### 3. Palavras finais: perspectivas de investigação futura

As línguas que não apresentam bem definida a função sintática de Objeto Indireto indicam aparente falha na composição da Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977). Embora se justifique a instabilidade dessa função sintática com base na semelhança semântica desta com as funções de Objeto Direto ou de Oblíquo — funções, respectivamente, mais alta e mais baixa em relação à de Objeto Indireto na hierarquia —, parece válido rever a constituição da HA para a relativização, talvez por meio da delimitação de critérios semânticos que possivelmente subjazem sua constituição.

As línguas que não têm adjetivos e que não relativizam por meio da nominalização são as únicas representantes da família linguística a que pertencem. O warí emprega a estratégia do pronome relativo; o pirahã, as estratégias de lacuna e de não-redução; e o sanumá, a da não-redução. Essas informações não permitem ainda generalizações muito seguras e empiricamente justificáveis. Nesse caso, uma perspectiva relevante para a continuidade deste trabalho é a abordagem dos critérios morfológicos que codifiquem formalmente a OR; para isso, todavia, somente uma amostra muito mais abrangente do que esta será capaz de resolver as questões ainda abertas.

### APÊNDICE: ABREVIACÕES DAS GLOSAS

- 3 – terceira pessoa
- Nomlz – nominalizador
- 1sg – primeira pessoa do singular
- 3pl – terceira pessoa do plural
- 3sg – terceira pessoa do singular
- neutral – caso neutro
- 2sg – segunda pessoa do singular

Rel – relativo  
Tp – tópico  
Past – passado  
Mal – malefativo  
Dem – demonstrativo  
Pres – presente  
Fut – futuro  
Neg – Negação

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. Oxford: Blackwell, 1989.
- CRISTOFARO, S. Relative Relations. In: \_\_\_\_\_. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003. p. 195-227.
- CROWELL, T. H. *A Grammar of Bororo*. 1979. Ph.D - Cornell University, Iphaca, 1979.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Syntax: a Functional-typological Introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1990.
- HENGEVELD, K. La tipología lingüística. In: MAIRAL, R.; GIL, J. (Eds.) *En torno al los universales lingüísticos*. Madrid: Cambridge University Press/ Akal, 2004. p. 88-111.
- KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. Vol 1, p.326-403.
- KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: University Press, 1985. v. 2. 141-170.
- KEENAN, E.L.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, p. 63-69, 1977.
- LANGACKER, R.W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Descriptive Applications. Standford: University Press, 1991.
- POPJES, J.; POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. Vol 1, p. 128-199.
- TOBLER, S. J. *The Grammar of Karipúna Creole*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1983. (Série Linguística, n. 10)

## BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

- ABBOTT, M. Macushi. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. Vol. 3, p. 23-160.
- AIKHENVALD, A.Y. Warekena. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. Vol. 4, p. 225-439.
- BACELAR, L. N. *Gramática da língua Kanoê*. Holanda: Nijmegen, 2004.

- BORGMAN, D. M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. Vol. 2, p. 17-248.
- CHAPMAN, S.; DERBYSHIRE, D. C. Paumari. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. Vol. 3, p. 161-345.
- DERBYSHIRE, D. C. Hixkaryana. In: COMRIE, B.; SMITH, N.; HAAS, A. *Lingua Descriptive Studies*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1979. Vol. 1, p. 1-185.
- EVERETT, D. L. *A língua pirahã e a teoria da sintaxe*. Descrição, perspectivas e teoria. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- EVERETT, D.L.; KERN, B. *Wari: The Pacaas Novos Language of Western Brazil*. London: Routledge, 1997.
- HAWKINS, R.E. Wai wai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. Vol 4, p. 25-224.
- KNEELAND, H. *Lecciones para el aprendizaje del idioma Mayoruna*. Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano Edición Provisional, n. 14, 1979.
- KOEHN, E.; KOEHN, S. Apalai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. Vol 1, p. 33-127.
- KROEKER, M.H. *Gramática descritiva da língua nambikwára*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003.
- NEVES, M.H.M. Os pronomes relativos. As orações adjetivas. In: \_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 365-386.
- RAMIREZ, H. *A fala tukano dos ye'pâ-masa*. Tomo I: Gramática. Manaus: CEDEM, 1997.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SEKI, L. *Gramática do kamaiurá*. Língua tupi-guarani do Alto Xingu. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.